

RECEITAS DE TRANSAÇÕES, SEM E COM CONTRAPRESTAÇÃO, UM ESTUDO A PARTIR DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS.

Congresso Brasileiro Online de Administração e Gestão, 2ª edição, de 27/06/2022 a 29/06/2022
ISBN dos Anais: 978-65-81152-60-4

BEZERRA; João Vinícius de Albuquerque¹, ANDRADE; Charles²

RESUMO

A partir do movimento internacional, tratado na literatura como a Nova Gestão Pública (*New Public Management*), um papel fundamental na contabilidade pública foi a adoção de sistemas de medição e reconhecimento da receita caracterizada, substancialmente, por uma mudança gradual do regime de caixa para competência (*accrual*). A transição amplia o escopo do sistema contábil, conduzindo assim ao reconhecimento da receita e a consequente valorização de todos os recursos de qualquer entidade, permitindo aperfeiçoar o nível de planejamento e execução financeira, principalmente no que tange à elaboração dos orçamentos públicos e otimizações de receitas. Neste contexto, o objetivo do presente artigo consiste em identificar e analisar as receitas de transações, com e sem contraprestação, consoante as normas NBC TSP 01 e 02, que foram publicadas pelo CFC e convergidas a partir das IPSAS 23 e 09 (IFAC), respectivamente, partindo dos dados dos Balanços Orçamentários (BO) apresentados pelas 26 capitais brasileiras, acrescido do Distrito Federal, nos anos 2017, 2018 e 2019. A pesquisa é exploratória e de caráter descritivo, com abordagem quantitativa e, quanto aos meios, realizou-se levantamento de dados a partir do repositório de demonstrações contábeis dos municípios brasileiros da base do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público - Siconfi, no exercício de 2017 a 2019, primeiros anos de vigência das normas em estudo. Tais achados podem ser úteis a discussão sobre o reconhecimento e aperfeiçoamento do gerenciamento da receita pública, por parte dos governos, e no fomento de estudos futuros que adentrem na complexidade dos inumeráveis elementos de incerteza que ainda estão presentes nas informações contábeis publicadas pelo setor público brasileiro. Sendo assim, no estudo realizado pode-se observar que as receitas arrecadadas, sem contraprestação, correspondem, em média, cerca de 92% do total das receitas arrecadadas, ou seja, apenas 8% desse total são decorrentes das receitas, com contraprestação. Destacam-se os municípios de Curitiba e Porto Alegre, na qual suas receitas com contraprestação representam 20% e 16% do total das receitas, respectivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Competência, Valorização, Otimizações

¹ Universidade Católica de Pernambuco, joao.2020100291@unicap.br

² Universidade Católica de Pernambuco, andradecharles@uol.com.br